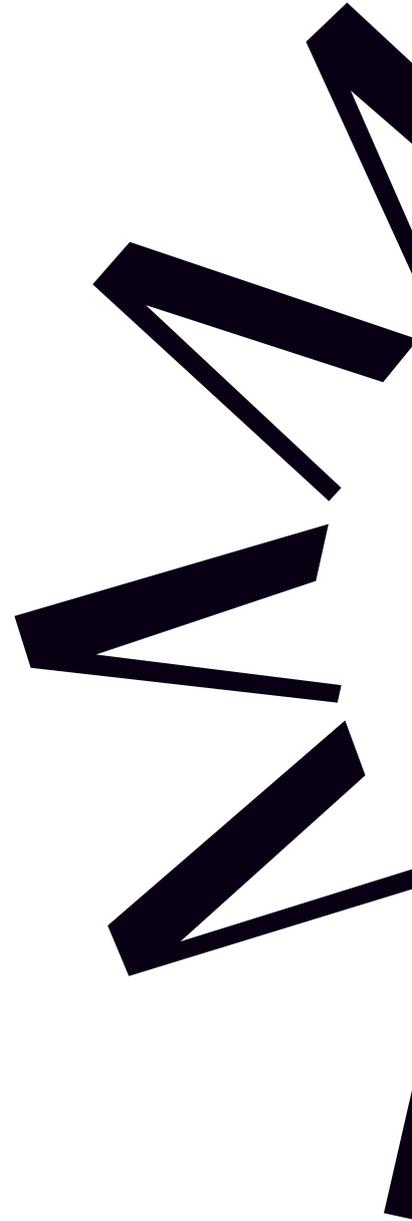

A alocação de Recursos do Fundão Eleitoral cumpru seu papel em 2024?

Priscila Chammas

Jornalista e gerente de conteúdo do Instituto Millenium

Wagner Vargas

Cientista de dados e especialista do Instituto Millenium



I. Resumo

Este paper tem como objetivo analisar se o Fundo Eleitoral cumpre sua função de democratizar o acesso a recursos para candidatos de diferentes perfis patrimoniais, de gênero e étnicos, além de examinar a adequação das categorias de despesas em um contexto de campanha digital. Utilizando os dados do TSE sobre os R\$ 4,9 bilhões de reais distribuídos entre candidatos a prefeito e vereador, investigamos se o fundo promove um acesso equânime aos recursos e identificamos importantes disparidades. A análise revela uma concentração de recursos em candidatos mais ricos e um favoritismo claro para candidatos homens e brancos, o que vai de encontro ao argumento principal sobre a necessidade do fundo como mecanismo de democratização das eleições.

II. Introdução

O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), ou “Fundão Eleitoral”, foi criado em 2017 com a justificativa de promover maior equidade entre os candidatos nas eleições, oferecendo a todos, independentemente de seu patrimônio ou rede de financiadores, a oportunidade de competir em pé de igualdade. No entanto, estudos anteriores feitos pelo Instituto Millenium demonstram que o fundo não foi efetivo em alcançar esse objetivo nas eleições de 2018¹ e 2022². Ao contrário, colaborou para perpetuar desigualdades já existentes. Será

que isso mudou em 2024?

Com o recente aumento dos valores destinados ao Fundão Eleitoral, chegando a R\$ 4,9 bilhões para as eleições de 2024, é importante examinar a alocação desses recursos e questionar se o fundo realmente proporciona uma distribuição justa entre candidatos novatos e os já estabelecidos, ricos e pobres, homens e mulheres, e de diferentes etnias. Além disso, as despesas feitas com o fundo refletem adequadamente as demandas de campanhas em uma era digital?

III. Objetivos

Este estudo tem como objetivo principal testar três hipóteses fundamentais:

1. O Fundão Eleitoral está, de fato, democratizando o acesso a recursos, ou favorece candidatos mais ricos e já estabelecidos?
2. A distribuição de recursos é adequada entre candidatos de diferentes faixas patrimoniais, gêneros e etnias?
3. As categorias de despesas refletem adequadamente as necessidades de uma campanha moderna, predominantemente digital?

IV. Análise de Distribuição de Recursos

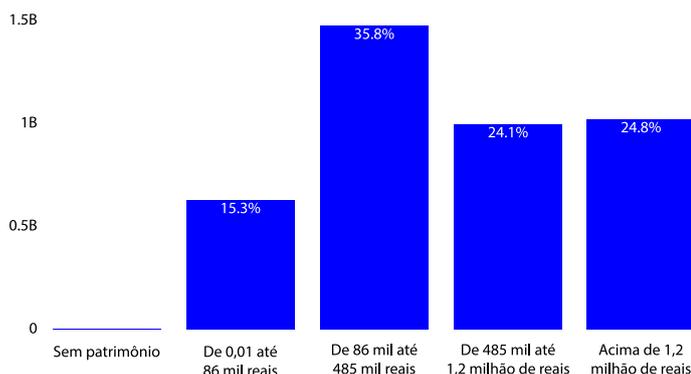
1. Concentração de Recursos em Candidatos Ricos

Uma das principais hipóteses que justificam a existência do Fundo Eleitoral é que, sem ele, apenas candidatos mais ricos teriam condições de financiar campanhas de forma competitiva. No entanto, os dados sugerem que, mesmo com o fundo, candidatos mais ricos continuam a ser os maiores beneficiados.

¹ SANTOS, Marina Helena; VENTURA, Sebastião. Fundo eleitoral e a falácia da democratização do acesso ao poder. 2022. Disponível em: <https://institutomillenium.org.br/wp-content/uploads/2023/05/milenium-paper-fundo-eleitoral-e-a-falacia-da-democratizacao-do-acesso-ao-poder-1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024

² MAIA, Milla; CHAMMAS, Priscila. Fundo Eleitoral: O preço da democracia ou um instrumento de perpetuação política?. 2022. Disponível em: https://institutomillenium.org.br/wp-content/uploads/2023/05/2AF_PAPER_EDICAO-14_CAI.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

Receita do Fundo Eleitoral por Faixa de Patrimônio - Eleições 2024



O gráfico acima pode dar a falsa impressão de que candidatos de renda média são os que mais receberam recursos do FEFC. No entanto, é preciso considerar o universo total desses candidatos, que é, numericamente, muito superior aos de alta renda (acima de R\$ 1,2 milhão). Candidatos deste último grupo – como Ricardo Nunes (MDB) e Fuad Noman (PSD) – representam apenas 0,09% do total, mas receberam 24,8% dos recursos do fundo eleitoral, somando aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Em média, esses candidatos receberam R\$ 3,1 milhões cada, uma quantia extremamente alta para um grupo tão pequeno.

Já os candidatos com patrimônio entre R\$ 0,01 e R\$ 86 mil, que representam 58,2% dos candidatos, receberam apenas 15,3% dos recursos, resultando em uma média de R\$ 3 mil por candidato – uma discrepância de cerca de 100 vezes entre o que os candidatos mais ricos e os mais pobres receberam.

2. Guilherme Boulos: Contradição ou Consistência?

O caso de Guilherme Boulos (PSOL), que foi candidato a prefeito de São Paulo, perdendo para Ricardo Nunes no segundo turno, é emblemático. Um dos principais representantes do movimento dos sem-teto, e com um patrimônio relativamente baixo, de R\$ 199.596,87, Boulos recebeu impressionantes

R\$ 80,1 milhões em receitas, sendo o candidato que mais se beneficiou do fundo eleitoral em 2024. Sua posição de destaque em São Paulo, a cidade mais populosa do país, pode justificar o montante, mas ponderamos se essa distribuição está alinhada com o objetivo inicial do fundo, que deveria equilibrar as campanhas, e não simplesmente beneficiar candidatos já amplamente conhecidos ou com grandes alianças políticas.

Seu oponente no segundo turno, Ricardo Nunes (MDB), também aparece no topo do ranking. Candidatos de alto patrimônio, ele e Fuad Noman (PSD) receberam, respectivamente R\$ 44,9 milhões e R\$ 13,7 milhões, sugerindo que, mesmo entre os candidatos de alto patrimônio, há uma concentração de receitas que pode estar desalinhada com os princípios de equidade do fundo.

Candidatos a Prefeito que mais receberam fundo eleitoral

Cidade	Candidato	Partido	Receita
SÃO PAULO	GUILHERME BOULOS	PSOL	80150000,00
SÃO PAULO	RICARDO NUNES	MDB	44989300,25
RIO DE JANEIRO	ALEXANDRE RODRIGUES	PL	26000000,00
RIO DE JANEIRO	EDUARDO PAES	PSD	21300000,00
SALVADOR	BRUNO REIS	UNIÃO	21197800,00
FORTALEZA	EVANDO LEITÃO	PT	17676179,33
BELO HORIZONTE	BRUNO ENGLER DE ALMEIDA	PL	15000000,00
FORTALEZA	JOSÉ SARTO MOREIRA	PDT	15000000,00
SÃO PAULO	TABATA AMARAL	PSB	14894612,30
BELO HORIZONTE	FUAD NOMAN FILHO	PSD	13736776,34
FORTALEZA	ANDRE FERNANDES	PL	12768000,00
BELO HORIZONTE	MAURO TRAMONTE	REPUBLICANOS	12553812,00
PORTO ALEGRE	MARIA NUNES	PT	12523126,93
FORTALEZA	WAGNER GOMES	UNIÃO	12193180,00
CURITIBA	EDUARDO SLAVIERO	PSD	11800000,00
CUIABÁ	JOSÉ BOTELHO	UNIÃO	11736000,00
NATAL	NATÁLIA BONAVIDES	PT	10544283,31
CUIABÁ	LÚCIDO CABRAL	PT	10333616,14
CAMPO GRANDE	HUMBERTO PEREIRA	PSDB	10240000,00
BELO HORIZONTE	CARLOS VIANA	PODE	10075392,92

Além disso, em um total de R\$ 1,45 bilhão, equivalente a cerca de 29% dos recursos, foi destinado a candidaturas que ocupam cargos públicos, como deputados, magistrados, senadores e servidores públicos. Esses candidatos representam aproximadamente 17% do total das candidaturas declaradas, o que sugere uma preferência pelo financiamento de candidatos que, de uma forma ou outra, já integram o chamado 'sistema'. Este cenário demonstra que aqueles que estão fora de posições públicas, os 'outsiders', têm mais dificuldade de conseguir financiamento via fundo eleitoral, ou seja, o financiamento público está contribuindo para a continuidade, e não renovação da máquina pública.

Candidatos a vereador que mais receberam fundão eleitoral

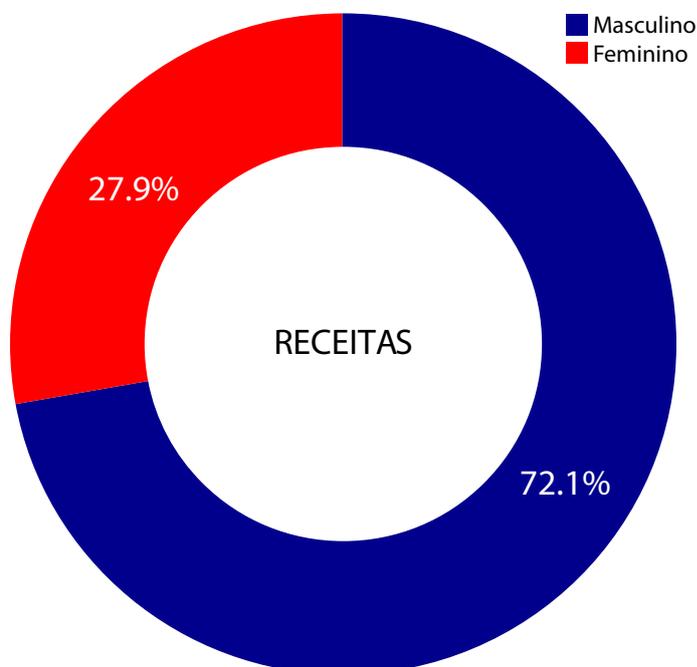
Cidade	Candidato	Partido	Receita
SÃO PAULO	SANDRA ALVES	UNIÃO	3870000,00
SÃO PAULO	RODRIGO GOULART	PSD	3750052,44
SÃO PAULO	SILVIO RICARDO	UNIÃO	3505000,00
SÃO PAULO	SILVIO ANTONIO	UNIÃO	3450000,00
SÃO PAULO	MURILLO LIMA	PP	2660000,00
SÃO PAULO	CLAUDIO FONSECA	PC do B	2484072,03
SÃO PAULO	GABRIEL MELO	PODE	2070068,65
RIO DE JANEIRO	JORGE EDUARDO FILHO	UNIÃO	1956000,00
RIO DE JANEIRO	HELOÍSA CARVALHO	REDE	1920575,54
RIO DE JANEIRO	DIEGO FARO TELES	PL	1857692,30
RIO DE JANEIRO	CARLOS BOLSONARO	PL	1857692,30
RIO DE JANEIRO	CESAR MAIA	PSD	1811592,70
SÃO PAULO	SONAIRA SOUZA	PL	1765000,00
SÃO PAULO	ELINALVA ESTANISLAU	MDB	1700000,00
SÃO PAULO	LUNA BRANDÃO	PT	1698363,87
RIO DE JANEIRO	MARCOS PEREIRA	PODE	1581500,01
SÃO PAULO	ALESSANDRO GUEDES	PT	1543826,40
RIO DE JANEIRO	MARCOS BRAZ	PL	1507692,30
SÃO PAULO	ROBERTO MARINHO	PL	1500000,00
SÃO PAULO	ANA CAROLINA FRANCOMANO	PODE	1500000,00

V. Desigualdade de Gênero e Etnia

1. Desigualdade de Gênero

A distribuição de receitas entre gêneros revela outra dimensão de desigualdade. Os candidatos do sexo masculino, que compõem 65,7% do total de candidatos, receberam 72,1% dos recursos do Fundão Eleitoral, enquanto as candidatas, que representam 34,3%, receberam apenas 27,9% dos recursos. Esta diferença é ainda mais acentuada quando olhamos para as faixas patrimoniais mais altas. Para candidatos com patrimônio acima de R\$ 1,2 milhão, 86,9% das receitas foram destinadas a homens, e 13,1% para mulheres.

Distribuição das Receitas por Gênero - Fundo Especial



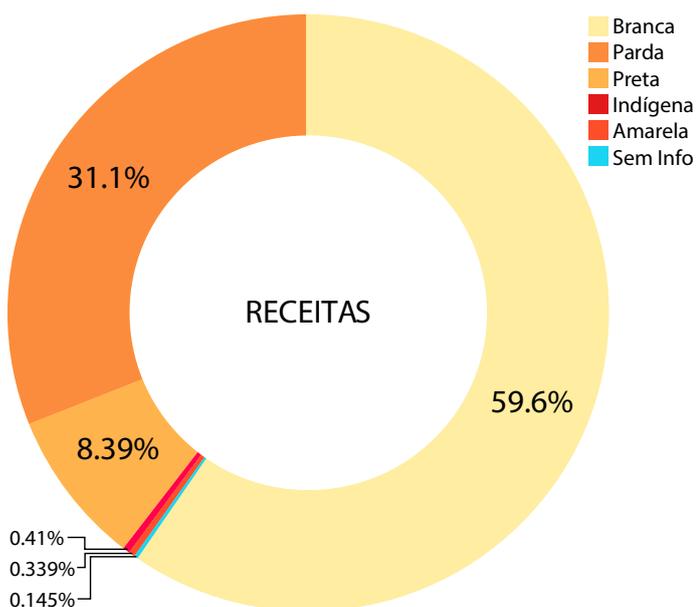
Esse cenário sugere que o fundo eleitoral, em um movimento contrário ao que se propõe, está não apenas perpetuando, como aprofundando as barreiras que as mulheres enfrentam para concorrer em pé de igualdade com os homens. Note-se que isso ocorre a despeito das regras afirmativas que estavam em vigor nestas eleições, obrigando

não apenas a cota de 1/3 das candidaturas para mulheres, como a destinação de 30% dos recursos do fundo eleitoral e fundo partidário para estas campanhas.

2. Desigualdade Racial

Os dados sobre a distribuição de receitas por etnia mostram uma tendência semelhante. Candidatos brancos continuam a ser os principais beneficiários. Entre os candidatos com patrimônio entre R\$ 86 mil e R\$ 485 mil, 59,6% das receitas foram destinadas a candidatos brancos, enquanto 31,1% foram para pardos e 8,39% para pretos. Nos grupos de maior patrimônio, a disparidade permanece. Para candidatos com patrimônio acima de R\$ 1,2 milhão, 70,2% das receitas foram destinadas a brancos, 26,5% a pardos e 2,5% a pretos.

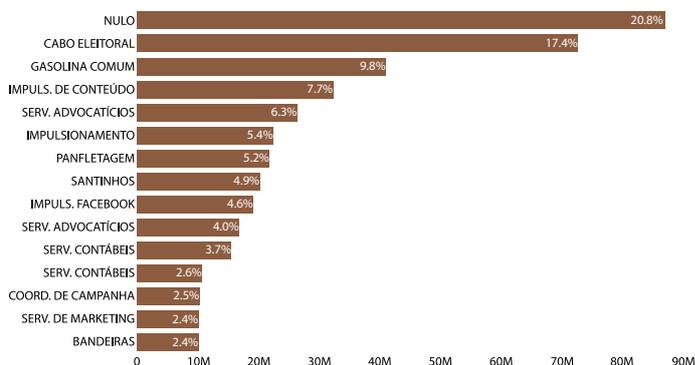
Distribuição das Receitas por Raça - Fundo Especial



A Natureza das Despesas: Faz Sentido na Era Digital?

Os dados sobre as despesas dos candidatos levantam questões sobre a adequação das categorias de gastos em um cenário onde a propaganda digital está em ascensão. Despesas tradicionais, como a contratação de cabos eleitorais (17,8% do total de despesas), gasolina (9,8%) e santinhos (5,2%), ainda representam uma parcela considerável dos gastos, o que pode parecer anacrônico em um contexto no qual o alcance digital é cada vez mais eficaz e menos custoso.

Top 15 despesas Contratadas pelos Candidatos



Por outro lado, o investimento em impulsionamento de conteúdo nas redes sociais, que totaliza 8,8% das despesas, mostra que alguns candidatos estão, sim, aproveitando o potencial das mídias digitais. No entanto, a soma de todas as categorias relacionadas ao marketing digital ainda fica aquém do que seria esperado em uma campanha moderna, enquanto categorias que poderiam ser mais estratégicas, como serviços de comunicação e assessoria jurídica, aparecem em menor proporção.

Além disso, o fato de que 28,9% das despesas estão classificadas como #NULO indica falta de clareza e detalhamento nas prestações de contas, o que compromete a transparência e a confiança pública no uso desses recursos.

VI. Conclusão

Os dados analisados indicam que o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), em sua aplicação, está longe de cumprir seu objetivo de democratizar o acesso aos recursos e criar condições de igualdade entre os candidatos. As desigualdades observadas – com uma concentração significativa de recursos em candidatos mais ricos, homens e brancos – evidenciam a perpetuação das mesmas estruturas de poder que o fundo se propunha a combater. Além disso, as categorias de despesas sugerem que o fundo não está sendo otimizado para uma campanha eleitoral moderna, com um sobre-investimento em estratégias analógicas, ultrapassadas.

Pensando pelo lado da otimização dos recursos, faz sentido que as candidaturas mais competitivas e os políticos mais influentes acabem tendo maior investimento. Só que essas candidaturas também conseguiriam mais facilmente dinheiro privado, incluindo recursos deles próprios. Sendo assim, será que é mesmo necessário investir tanto dinheiro público para financiar quem tem meios de conseguir de outra forma?

Do ponto de vista do custo de oportunidade, os quase R\$ 5 bilhões que hoje compõem o fundo eleitoral poderiam ter sido gastos de forma mais efetiva para melhorar a vida da população brasileira, em áreas essenciais e onde o Estado ainda está longe de atender adequadamente, como saneamento básico. O valor foi praticamente igual ao que toda a região Norte investiu em saneamento básico entre 2018-2022³ (últimos 5 anos de dados disponíveis), e seria suficiente para atender, por dois anos, toda a população do Rio Grande do Sul, com o montante de investimento considerado ideal pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), de R\$ 231,09 por

habitante.

Esse cenário aponta para a necessidade de uma reforma no sistema de financiamento público de campanhas, questionando sua própria existência ou, ao menos a necessidade de um montante tão vultoso de recursos públicos, em um país com necessidades tão mais urgentes.

³ TRATA BRASIL. Estudo sobre os avanços do novo marco legal do saneamento básico no Brasil de 2024 (SNIS, 2022). 2024. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Estudo-da-GO-Associados-Novo-Marco-2024-Versao-Limpa.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.